

PROTAGONISMO

As entidades de defesa dos direitos têm reforçado a prioridade de intervenção destes atores sociais. Referendado na lei 8.069/90, o ECA e, reafirmado no documento final do Encontro “Construindo Estratégias para Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes”, “o protagonismo infanto-juvenil deve ser o princípio do projeto educativo das instituições e a sua tradução; em atividades e relações cotidianas”.

Como sujeitos de direito, definidos pelo Estatuto, crianças e adolescentes devem ser inseridos no processo de participação social. Especificamente nos artigos 15 e 16 do Estatuto, esta prática é um chamado ao exercício pedagógico daqueles que atuam diretamente com os “futuros” decisores da sociedade.

Nesse contexto, a escola é um ambiente rico e amplo de diversas manifestações de inteligências e protagonismo entre crianças e adolescentes.

A mudança de olhar dos educadores em relação aos seus alunos é necessária e imprescindível. Cada aluno possui sua potencialidade em uma determinada área ou alguns em várias.

O maior compromisso da educação é valorizá-las e assim, oferecer aos alunos a oportunidade de arriscar em novos projetos. A mudança de olhar dos educadores em relação aos seus alunos é necessária e imprescindível.

Cada aluno possui sua potencialidade em uma determinada área ou alguns em várias. O maior compromisso da educação é valorizá-las e assim, oferecer aos alunos a oportunidade de arriscar em novos projetos, construindo uma sólida base de cidadania.

Emergindo no cenário político e econômico do final da década de 1980, a expressão protagonismo juvenil tem sido identificada à concepção de empoderamento e participação democrática da juventude, associando-se à noção de sujeito de direitos, presente nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2000a), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), e do Estatuto da Juventude (2007).

A própria origem etimológica da palavra, derivada do grego *protagnistés*, que se refere ao ator principal no teatro grego ou o que ocupa papel central em um acontecimento (FERRETTI et alli, 2004), afirma o protagonismo como tema fundante de uma perspectiva com relação à juventude, que remete ao fortalecimento da participação do jovem no processo de transformação política e social, abrindo espaço para o resgate de sua condição de sujeito de direitos e cidadão.

O pleno exercício da cidadania começa na garantia legal dos direitos civis, políticos e sociais, prevista na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e nas legislações dela decorrentes - ECA (BRASIL, 2000a), LDB (BRASIL, 1996) e Estatuto da Juventude (BRASIL, 2007). Mas para se tornar cidadão é preciso mais do que isso, é preciso se sentir com direitos, um efetivo sujeito de direitos, um protagonista.

O texto legal do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2000a) não utiliza a expressão protagonismo juvenil, mas a concepção de sujeitos de direitos nele presente se aproxima deste, na medida em que garante, às crianças e aos jovens, a possibilidade de usufruto de todos os direitos inerentes à pessoa humana, em condições de liberdade e dignidade.

Em um breve olhar, o ECA afirma a plena capacidade jurídica e a perfeita correspondência entre a situação legal da criança e do adolescente e a situação legal do adulto, com relação aos direitos fundamentais, independentemente das diferenças decorrentes da faixa etária. Mas, na verdade, ela embute uma contradição básica, principalmente com relação à adolescência, em função da confluência de atribuição de direitos, com destaque para a liberdade e a igualdade, e a atribuição de proteção especial. A proteção pressupõe um ser humano que tem necessidade de outro ser humano, ou seja, uma desigualdade e uma redução real da liberdade do ser humano protegido.

Neste contexto, por um lado o Estatuto atribui formalmente a crianças e adolescentes a categoria de cidadãos, com interesses específicos e diferentes do adulto, a serem levados em conta na elaboração e execução de políticas públicas. Mas, por outro, limita a liberdade do jovem e contradiz a concepção de protagonismo juvenil, na medida em que define um sujeito titular de direitos, sem capacidade plena para exercê-los, gerando uma dicotomia entre competência “de direito” e competência “de fato”.

CONCEITO DE PROTAGONISMO JUVENIL

Ser protagonista significa ter pró-atividade na busca por alternativas de enfrentamento dos diversos problemas que estão colocados na atualidade local e global. Melhor dizendo, protagonismo é um estado de espírito que requer postura, prática, habilidade, criatividade e muitos outros elementos. O protagonismo se constrói no cotidiano, nas “batalhas” travadas no dia a dia, em qualquer que seja o âmbito de atuação da juventude. (Deboni, 2004)

Segundo Antônio Coquito, jornalista e membro da Comissão de Comunicação da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, não existe diferença que determine quem é ou não protagonista. Todos o são, independentemente de lugar, classe social, raça ou religião etc.

O princípio é a participação. Consiste na relação com a realidade que nos cerca, na qual se desenvolvem. Ligados pela identidade predominante no meio infanto-juvenil, a de serem agentes do seu processo, de terem liberdade de expressão e se comprometerem com aquilo que são chamados a discutir e colaborar – este é um território fértil.

Os períodos de iniciações, tentativas e descobertas demonstram que eles querem também ser autores, colaboradores, enfim, querem emitir suas opiniões.

Assim, o protagonismo é a “atuação do jovem, individualmente ou em grupo, na solução de problemas reais na escola, na comunidade ou na vida social mais ampla, atuando com seus educadores ou de modo autônomo”. Não é preciso atravessar a cidade para ser protagonista, o protagonismo deve acontecer próximo à criança, ao adolescente ou ao jovem. Portanto é um convite à ação que pode se iniciar na rua ou no bairro onde mora e se ampliar para outros locais, como grêmios, associações, grupos, voluntários, sindicatos, movimentos estudantis, partidos políticos etc., influenciando, nesses espaços, questões de ordem sócio-político-econômica e cultural.

Ouvindo adolescentes em todo o Brasil, a pesquisadora Tânia Zagury, no livro *Adolescente por ele mesmo*, conclui que é preciso, por parte dos que atuam com crianças e adolescentes “desenvolver nestes a humanidade que há em estado latente e a formação ética no sentido da participação, da produção e do pensamento comunitário”. E Zagury é veemente quando diz que “devemos a eles o direito de pensar, criticar, refletir com base em estudos concretos da realidade porque esse exercício de especulação, abstração, análise e crítica irá definir sua personalidade.”

Desafios pedagógicos

Crianças, adolescentes e jovens não querem estar à margem, como aconteceu em vários momentos do processo histórico brasileiro. Querem, sim, que lhes sejam oferecidos espaços de discussão que impulsionem sua ação sócio-política. Na verdade, estamos sendo desafiados por um complexo do corpo social que não quer ser passivo diante do que a sociedade, de certa forma, acomodava de forma linear – o cidadão de 0 a 18 anos.

Por isso, na área pedagógica o protagonismo corresponde ao desafio de dar voz e vez a estes cidadãos. A missão é a de ser provocador do protagonismo, mas são eles, crianças e adolescentes, que, interpretando o mundo que os rodeia, contribuirão indicando rumos.

No trabalho direto com crianças e adolescentes, o protagonismo pode ser estimulado nas diversas estratégias de conhecimento por meio da aproximação da realidade, permitindo que eles se insiram como sujeito. E neste sentido, quatro linhas de ação a serem observadas:

- Apresentação da situação problema;
- Propostas de alternativas ou vias de solução;
- Discussão das alternativas de solução apresentadas;
- Tomada de decisão. E neste ponto, o educador deve observar se sua postura para evitar condução, inibição ou incentivo na participação dos jovens.

Numa linguagem juvenil, ou seja, “a da bola na mão da galera”, crianças, adolescentes ou jovens podem elaborar metodologias próprias de intervenção. Com a ideia na cabeça e já colocando a mão na massa, podem elaborar um roteiro que reflita seus anseios. Sugerimos que sejam definidos objetivos, justificativas, atividades previstas, avaliação do projeto e recursos para sua efetivação.

Afinal, dentro da lógica pedagógica do protagonismo é importante ressaltar que ele é um exercício de erro e acerto. Portanto é preciso que o mundo adulto não se julgue dono da verdade e se imponha ao primeiro sinal de dificuldades ou de desafio.

Pensando bem, o protagonismo é capaz de gerar, desde já, indivíduos mais críticos na sua participação social. Portanto é preciso desenvolver uma política orientada por novos significados, novos valores inspirados no que o mundo infanto-juvenil tem para oferecer. Temos condições para isto, o que é necessário é ter criatividade e sermos atuantes, trazendo para as mesas de discussões e decisões as crianças e os adolescentes.